

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2016

(Do Sr. Luiz Carlos Hauly)

Solicita informações ao Ministro da Fazenda sobre os agentes Lotéricos junto à Caixa Econômica Federal.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e do art. 226, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e na forma dos arts. 115 e 116 deste Estatuto, requeiro a Vossa Excelência, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Ministro da Fazenda, sobre a Caixa Econômica, Federal, responsável pelos agentes lotéricos, nos seguintes termos:

- Qual o quantitativo de unidades lotéricas autorizadas a funcionar no Brasil, discriminando por municípios e unidades da federação;
- Qual o faturamento de cada dos agentes lotéricos, bem como a média por unidade da federação?
- Qual a destinação dos valores arrecadados na sua totalidade, discriminando o percentual na sua integralidade?
- Dentro percentual repassado para a União ou entes públicos, qual a destinação da totalidade do valor arrecadado?
- Qual o valor cobrado das instituições financeiras para o serviço de pagamento e recebimento de boletos

bancários, bem como o valor repassado para os agentes lotéricos.

- Existe óbice na transferência de titularidade das lotéricas concedidas até 2013? Qual?

JUSTIFICAÇÃO

Sem dúvida, é uma das categorias que mais prestam serviços ao Governo Federal, visto que funcionam como correspondentes bancários, efetuando o pagamento de contas, permitindo o recebimento de benefícios sociais, entre outras atividades relevantes.

Os agentes lotéricos são importante canal arrecadados e fonte geradora de recursos para programas sociais do Governo, especialmente por estar distribuídos em todo o território nacional.

No entanto, são recebem tratamento e remuneração justa pela prestação de serviço efetuado.

Uma das primeiras grandes conquistas que obtivemos junto com o setor foi a inclusão no SIMPLES NACIONAL da categoria das unidades lotéricas.

Lembro a dramática situação que os mais de 6.310 lotéricos vivenciaram, pois, da noite para o dia, estariam perdendo a concessão recebida, por entendimento equivocado da Caixa e do Tribunal de Contas da União.

Entretanto, junto com a categoria, que praticamente acampou em Brasília, conseguimos a aprovação da Lei nº 13.177, de 2015, que surgiu depois de um pedido de audiência pública de nossa autoria o qual expôs o drama vivido pelo Setor.

Apesar de aprovação da Lei, as agruras do setor continuam.

Desta forma, as respostas ao presente requerimento de informação se fazem de suma importância para enxergar a realidade dos lotéricos no país e propor as medidas cabíveis de forma a fazer justiça com a classe.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 2016.

Deputado LUIZ CARLOS HAULY

(PSDB-PR)